

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

JESSICA RIBEIRO NEVES

**ARQUEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A
PARTIR DO ESTUDO COM ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
LIDUVINA MOTTA CAMARGO EM PARANAÍBA, MS**

PARANAÍBA
2017

JESSICA RIBEIRO NEVES

**ARQUEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A
PARTIR DO ESTUDO COM ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
LIDUVINA MOTTA CAMARGO EM PARANAÍBA, MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS,
Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência
parcial para licenciatura do curso de Pedagogia.

Orientador: Prof.Me. Jémerson Quirino de Almeida

PARANAÍBA
2017

N424a Neves, Jessica Ribeiro

Arqueologia na educação: educação patrimonial a partir do estudo com alunos da escola municipal Liduvina Motta Camargo em Paranaíba, MS/ Jessica Ribeiro Neves. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

54f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Me. Jémerson Quirino de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Arqueologia. 2. Educação patrimonial. 3. Patrimônio cultural. I. Neves, Jessica Ribeiro. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 363.69

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

JESSICA RIBEIRO NEVES

**ARQUEOLOGIA NA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A
PARTIR DO ESTUDO COM ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
LIDUVINA MOTTA CAMARGO EM PARANAÍBA, MS**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de MatoGrosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em: .../.../....

BANCA EXAMAMINADORA

Orientador:

Prof. Me. Jémerson Quirino de Almeida.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Daniel Pícaro Carlos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Durante esses quatro anos de graduação tenho muitas pessoas a agradecer.

Quero agradecer, primeiramente, ao meu orientador Professor Jémerson, que teve paciência e comprometimento comigo até o fim dessa pesquisa.

A Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Aos meus avôs Terezinha e Luiz Carlos por terem me acolhido em sua casa e me ajudado financeiramente no que estava ao alcance deles.

Agradeço aos meus pais Cleyde e Idivan pelos ensinamentos e pelas vezes que puderam contribuir nessa jornada e a minha irmã Laís Ribeiro Neves, Pedagoga, pela sua dedicação e força durante a graduação, exemplo para que eu seguisse e concluísse esse curso.

Dentro da Universidade tive professores excelentes, que merecem meus eternos agradecimentos, entre eles:

- Djalma Querino de Carvalho responsável pelo meu primeiro choque de realidade, que despertou em mim a vontade e a certeza de seguir com meus estudos, mesmo com tantas dificuldades, inclusive agora no fechamento da minha pesquisa. Concordo com a afirmação dele no primeiro ano do curso em que dizia “TCC é um trabalho que deve ser iniciado com o curso”;
- Gabriela Massuia pelas aulas de Filosofia da Educação, ensinou-me a questionar minha existência e propósitos nessa sociedade, a refletir sobre o conhecimento e me apaixonar pelos “Porquês” da vida. Em um dos meus momentos mais difíceis se mostrou compreensiva e me ajudou a seguir em frente;
- Doracina Araujo com todas suas exigências de comprometimento com nossos futuros alunos;
- Laurenice de Fátima Coutinho com muito amor pela prática e teoria me mostrou o quanto é gratificante ser professora. Os três anos na escola onde ela foi minha coordenadora foram essenciais na minha formação como professora, sem contar as inúmeras vezes em que me deu base para continuar estudando fora dos muros escolares, tornou-se muito mais que minha professora e coordenadora;
- Andréia Lemos por insistir em me desafiar e aprimorar meus conhecimentos;
- Lucélia Guimarães, Carina e Maria Silvia por terem ministrado aulas excelentes e compreensivas.

Agradecimento especial às minhas amigas Suelem Brito, Fernanda Souza, Taiz Carla, Karine Simão, Andressa, Débora, Sinzélia e Luana Campos por terem me ajudado emocionalmente a passar por esse período turbulento da minha vida.

Não poderia esquecer a D. Beti que esteve comigo durante os quatro anos, cuidando dessa universitária como se fosse sua filha, jamais esquecerei os momentos em que me ajudou.

Para finalizar agradeço aos alunos que participaram do OCUPA UEMS, me ensinaram a lutar pelos meus direitos, me mostraram que podemos ser uma família se trabalharmos pelo bem de todos, e que para saber o que é bom para todos precisamos debater, discutir, dialogar sobre nossos ideais, só assim podemos nos aproximar do que é justo a todos.

“Felizes os povos que têm história. Felizes as gerações que recebem e podem transmitir, a seus pósteros, uma trajetória de trabalho, de retidão, de desafios, de conquistas. Temos história. Escrita. Orgulhemo-nos dela. Afinal, é o nosso mais valioso patrimônio”.
(Francisco Leal de Queiroz, cidadão paranaibano)

RESUMO

A educação, na atualidade, passa por um período de transformação em suas metodologias de ensino, assim, a presente pesquisa tem por finalidade refletir sobre a aplicabilidade da Arqueologia na Educação, tendo em vista que atualmente esta é utilizada de forma superficial apenas nas aulas de História. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo central levantar algumas considerações sobre a possibilidade de aplicar os conhecimentos arqueológicos na educação de forma transdisciplinar por meio da Educação Patrimonial já que se percebe a necessidade de alternativas e possibilidades que tornem o ensino mais dinâmico para os alunos, adaptando-o para a atual realidade que exige seres humanos, capazes de exercerem sua cidadania de forma plena. A pesquisa encontra-se estruturada em dois capítulos, sendo que o primeiro momento utilizou-se de dados bibliográficos e documentais que expressam a maior parte do conhecimento ora adquirido, por meio da leitura de livros, artigos e sites da internet para explicar o que é arqueologia e como pode ser aplicada na educação. Em um segundo momento, realizamos uma aula prática na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo, com os alunos do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental Inicial, utilizando materiais didáticos simples que fazem parte do cotidiano dos alunos, com a finalidade de desenvolver uma simulação de um Sítio Arqueológico no pátio da escola para ilustrar a aula, também utilizamos o Museu Municipal. Assim, com técnicas pedagógicas simples foi possível comprovar que é perfeitamente possível aplicar a Arqueologia na Educação, tendo como ponto de partida o Patrimônio Cultural local.

Palavras-chave: Arqueologia. Educação. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

Education, nowadays, goes through a period of transformation in its teaching methodologies, so, the present research aims to reflect on the applicability of Archeology in Education, considering that currently it is used superficially only in classes of History. Therefore, the main objective of the research is to make some considerations about the possibility of applying archaeological knowledge in education in a transdisciplinary way through Patrimonial Education since it is perceived the need of alternatives and possibilities that make teaching more dynamic for students, adapting it to the current reality that requires human beings, capable of exercising their citizenship fully. The research is structured in two chapters, and the first moment used bibliographic and documentary data that express most of the knowledge now acquired, through reading books, internet sites, etc. to explain what archeology is and how it can be applied in education. In a second moment, we conducted a practical class was held at the Liduvina Motta Camargo Municipal School, with the students of the first and second year of elementary education, using simple didactic materials that are part of the daily life, in order to develop the simulation of a Archaeological Site in the school yard to illustrate the lesson we also use the Municipal Museum. Thus, with simple pedagogical techniques it was possible to prove that it is perfectly possible to apply Archeology in Education, starting from the local Cultural Heritage.

Keywords: Archeology. Education. Patrimonial Education. Cultural heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ARQUEOLOGIA.....	12
1.1 CONCEITO DE ARQUEOLOGIA.....	12
1.2 ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA.....	15
1.3 ARQUEOLOGIA NO BRASIL.....	16
1.4 ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	23
2 ARQUEOLOGIA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	26
2.1 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO: Aplicação da Educação Patrimonial na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo.....	31
2.1.1 COLETA DE DADOS.....	32
2.1.2 Análise dos dados da pesquisa: Turma 1º Ano do Ensino Fundamental.....	33
2.1.3 Análise dos dados da pesquisa: Turma 2º Ano do Ensino Fundamental.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Interessei-me pelo assunto Arqueologia durante a infância, acreditava que os arqueólogos fossem aventureiros que explorava os lugares mais misteriosos do mundo e claro que procuravam ossos de dinossauros ou grandes tesouros como Indiana Jones. A temática Arqueologia não tem tantas publicações na área da Educação, portanto encontrei algumas dificuldades em selecionar materiais para seguimento da pesquisa no início. Tive acesso a livros usados no nordeste do país com intuito de Educação patrimonial a partir do sítios arqueológicos presentes na área.

Um dos grandes desafios da educação atualmente é acompanhar o ritmo do novo milênio, indicando caminhos que acompanham as transformações político-sócio-culturais, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades e formação do indivíduo, não apenas na sua formação profissional, mas, principalmente como cidadão capaz de exercer plenamente sua cidadania. Diante dessa nova realidade social, a escola precisou rever suas ações, adequando suas matrizes curriculares, bem como as práticas pedagógicas. No entanto, não é fácil se adequar à modernidade, pois os obstáculos são muitos como: espaço físico inadequado, falta de material didático, profissionais que não estão preparados para as novas mudanças, entre outras situações.

Assim, a educação está num processo constante de mudanças. Nesse contexto, tem-se discutido muito a questão da aplicação da transdisciplinaridade na educação, principalmente nos primeiros anos escolares, pois essa nova prática pedagógica quebraria alguns paradigmas educacionais. Contudo, o que se observa na realidade é uma dicotomia entre a teoria e a realidade, ou seja, verificam-se grandes dificuldades em colocá-la em prática.

O que prevalece ainda é a divisão de disciplinas; a fragmentação do conhecimento é a realidade nas escolas, o que não traz grandes contribuições para a educação, não atendendo o atual contexto social, que requer que tenhamos uma visão ampla das questões, desse modo, ainda somos reféns de uma educação que prioriza a divisão por disciplinas. Assim, a transdisciplinaridade, principalmente com outras ciências surge como um processo educacional capaz de dinamizar a educação, pois tem como proposta ampliar o conhecimento dos educandos.

Sob esse ângulo, a presente pesquisa apresenta a possibilidade de aplicar os conhecimentos da Arqueologia na Educação, mas não como uma ciência que fornece dados para uma aula de História, mas de forma multidisciplinar, cruzando os conhecimentos das pesquisas arqueológicas como, por exemplo, em disciplinas como: Geografia (descrevendo

noções de tempo, paisagens e suas transformações); Língua Portuguesa (contribuindo na produção escrita e oral); Artes (por meio de desenhos, pinturas, expressão corporal e colagens); Matemática (formas geométricas, contagem, etc.), ou seja, a Arqueologia por ser uma ciência social pode contribuir no desenvolvimento cognitivo do aluno.

Não se trata de apresentar a Arqueologia como uma salvação educacional, mas como um procedimento pedagógico que ao ser aplicado em sala de aula acrescentará na assimilação dos conteúdos, já que os materiais utilizados para enriquecer a aula fazem parte do cotidiano do aluno, como o citado na presente pesquisa: o Museu Municipal local, que pode ser explorado tanto para uma aula de História, como Língua Portuguesa, Geografia, entre outras disciplinas. Deste modo, a intenção da pesquisa é demonstrar que é possível a aplicabilidade da Arqueologia na Educação, por meio da Educação Patrimonial, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos, visto que se trata de um processo educacional permanente e sistemático, pautado no Patrimônio Cultural como fonte primária de enriquecimento dos conhecimentos dos indivíduos.

A pesquisa além de discutir o tema, apresenta seus resultados por meio de aulas práticas realizadas na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo, localizada no Município de Paranaíba/MS, com alunos do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental Inicial. Com aulas práticas nessas duas turmas, pretende-se demonstrar que com poucos recursos financeiros e materiais didáticos encontrados na comunidade é possível a aplicação dos conhecimentos arqueológicos na escola, juntamente com outras disciplinas.

Nota-se que a presente pesquisa não tem a pretensão de acabar com quaisquer das matérias a que se propôs, mas, em seu interior, traz informações que devem provocar a reflexão do professor sobre a possibilidade de desmistificar a fragmentação, abrindo espaço para a transdisciplinaridade em sala de aula. Sendo este propósito inicial da pesquisa, discutir brevemente sobre a importância e objetivos que podem ser alcançados com o envolvimento da Arqueologia no espaço escolar.

A importância do tema se dá em razão da Arqueologia ainda ser tratada de forma superficial no ensino, ficando reservado às aulas de História e das dificuldades que os profissionais da área têm enfrentado quando se deparam com a exigência de novos métodos pedagógicos para acompanhar as mudanças. Logo, por muitas vezes não sabem o que fazer continuam aplicando a tradicional didática da fragmentação como uma prática educativa, mas que não atende mais a atual realidade.

O ensino da Arqueologia pode conduzir o aluno a compreender que ele faz parte de um processo histórico, sendo de suma importância a valorização do nosso patrimônio

histórico local e que suas ações podem modificar o meio a sua volta. Pois, por meio da Educação Patrimonial pode ser possível despertar na criança o reconhecimento sociocultural, conhecendo o passado para agir de forma diferente no presente.

Com o propósito de analisar a possibilidade da aplicação dos conhecimentos arqueológicos na escola na construção da identidade e formação da criança, utilizou-se para desenvolver a pesquisa no primeiro momento a pesquisa bibliográfica, extraído de fontes bibliográficas que expressam a maior parte do conhecimento ora adquiridos, o contexto da pesquisa é permeado de posicionamentos de especialistas que estudam a questão dos benefícios da aplicabilidade da Arqueologia na Educação. No segundo momento, depois de fichar as produções bibliográficas que seriam utilizadas para promover a discussão, partimos para uma pesquisa de campo com cinco aulas práticas que foram realizadas na escola Municipal Liduvina Motta Camargo, com alunos do primeiro e segundo ano.

Diante disso, no primeiro capítulo, a questão abordada é a Arqueologia como uma ciência social que estuda o passado para compreender o futuro, já que atualmente não é mais vista simplesmente como uma ciência que estuda apenas vestígios materiais, mas, como uma nova perspectiva que contribui com a evolução da sociedade, auxiliando na explicação das dimensões humanas e da sua evolução. Neste tópico, também abordamos a Arqueologia como área transdisciplinar, que pode ser utilizada na escola como norteadora para questões como a interdisciplinaridade proposta nos referenciais curriculares, que além de contribuir no desenvolvimento cognitivo, automaticamente passamos a ter um maior contato com a comunidade na qual o aluno está inserido.

Posteriormente, no segundo capítulo, o propósito é analisar os desafios de se aplicar a Arqueologia por meio da Educação Patrimonial no contexto escolar, com o objetivo de buscar na comunidade o conhecimento, ou seja, nessa nova visão educacional a comunidade não é simplesmente objeto de exploração, mas agente que passa a contribuir com a escola. Assim, foram realizadas cinco aulas práticas com alunos do primeiro e segundo ano da Escola Municipal Liduvina Motta Camargo.

Desse modo, a finalidade desta pesquisa é demonstrar que é possível utilizar-se das pesquisas arqueológicas como mais uma ciência que contribui na transformação da qualidade social da escola e dos alunos, desenvolvendo-lhes competências e atitudes que os capacitem para serem críticos, capazes de pensar e questionar as questões político-social-culturais do país, com a finalidade de contextualizar a realidade da escola com a dos educandos.

CAPÍTULO 1: ARQUEOLOGIA

1.1 CONCEITO DE ARQUEOLOGIA

A Arqueologia surge a partir dos interesses das elites em colecionarem objetos valiosos presentes na história das grandes civilizações, passa por um longo período até chegar às Universidades com caráter científico, objetivando a reconstrução da história dos povos através desses achados.

[...] a evolução da história da Arqueologia passa primeiro por uma fase de descoberta da existência dos materiais arqueológicos e consequente fascínio e colecionismo dos mesmos. [...] segue-se uma outra, com início em meados do século XIX, em que se começa a dar a emergência da arqueologia como disciplina científica [...]. (BICHO, 2006, p.20)

Consequentemente, os interessados nas coleções que remetiam ao passado se organizaram para ampliar as áreas de atuação da arqueologia, inaugurando metodologias próprias ou compartilhadas que propiciaram o surgimento desta nova disciplina. Existem três linhas chamadas de teóricas-metodológicas que podem ser consideradas com as principais na história do desenvolvimento da disciplina arqueologia, ou seja, são subdivisões da arqueologia: Arqueologia Histórico-cultural, Arqueologia Processual e Arqueologia Pós-processual.

A Arqueologia Histórico-cultural, surgiu no final do século XIX na Europa, voltada para o estudo da cronologia e espacialidade da cultura dos materiais, destaca-se pela investigação ao passado. No entanto, sua definição ainda é muito controversa, sofrendo influências das transformações teóricas ao longo dos anos. Para Funari (2003, p. 49), o modelo histórico-cultural é “[...] parte do pressuposto de que as pessoas compartilham, de forma homogênea, os traços culturais e que as tradições passam de geração em geração.”

Segundo Funari (2003, apud Gheno, 2011, p. 49) “todos os indivíduos de determinado grupo compartilham as mesmas ideias e a mesma cultura material. [...]”. Embora haja muitas críticas em relação a este modelo, dentre as quais que ela só complementa informações textuais, ele ainda continua sendo muito utilizado na arqueologia, é tido como uma importante etapa na construção do pensamento arqueológico.

A Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia surgiu na década de sessenta, nos Estados Unidos, vinculada à Antropologia na busca por “elementos universais de comportamento humano, que não se limitariam a uma ou outra sociedade”, analisa como as

coisas funcionam e as mudanças em uma sociedade (FUNARI, 2003, p. 50). Procura explicar o sistema que está por trás dos indivíduos e materiais coletados, pois para esta subdivisão da arqueologia os vestígios encontrados têm relação com o meio ambiente natural e com ele se interagem, valoriza o tempo, as mudanças, e como estas contribuem para a transformação nos contextos culturais e ambientais.

No início de 1980, em contrapartida à Arqueologia Processual, surgiu na Europa, especialmente na Inglaterra uma nova forma de interpretar os dados arqueológicos: A Arqueologia Pós-processual. Esta nova subdivisão utilizava-se de uma pluralidade de métodos em uma mesma pesquisa, preocupavam-se “com o contexto histórico e social da produção de conhecimento, com a subjetividade e comprometimento do arqueólogo com os grupos sociais. (FUNARI, 2003, p. 51).

Lima (1985) enfatiza que nesta subdivisão há um resgate à tão desprezada Arqueologia Histórico-cultural, pois valoriza o contexto histórico, ideologias e diversidades, ou melhor, valoriza o indivíduo e não o sistema, ela é autorreflexiva, Acrescenta que nesta fase busca estudar a dinâmica interna das sociedades, das relações de poder, bem como dos conflitos de classe e de gênero dentro de um determinado contexto histórico.

Consideradas essas três linhas do pensamento arqueológico: histórico-cultural, processual e pós-processual, cumpre ressaltar que de um modo em geral contribuíram para a arqueologia atual. A arqueologia busca por vestígios materiais que possam contribuir com a reconstrução do passado histórico da humanidade, desse modo, um de seus objetivos é entender as mudanças ocorridas com o ser humano desde suas origens, assim, utiliza-se de vestígios do passado deixados por este homem para reconstruir sua história. (BAHN, 2005).

Para Jabur e Sá Jr (2016, p. 4) esclarece que ao estudar vestígios de culturas e sociedades já extintas, a arqueologia tem como “objetivo reconstruir o passado do ser humano do ponto de vista histórico, comportamental e sociológico”. Contudo, frisa-se que a Arqueologia não realiza pesquisas apenas no período referente à pré-história ou advento anterior à escrita, ela atua também junto às sociedades contemporâneas, como por exemplo: grupos indígenas, quilombolas, entre outros para informar sobre o comportamento e padrões desses povos. (ARAÚJO, 2016).

Por meio dos vestígios encontrados, chega-se a uma conclusão baseada no objeto encontrado. Atualmente, não importa mais somente saber como os homens produziam seus artefatos, mas quais os aspectos sociais e culturais que se encontram por trás dessa atividade, assim, uma simples peça de cerâmica pode demonstrar todo o contexto cultural de uma determinada tribo, por exemplo, por isso a arqueologia é definida como uma ciência social,

pois por meio dos materiais coletados, ao serem analisados podem fornecer informações sobre uma determinada sociedade.

Fazer arqueologia na visão de Vasconcelos, Hattori e Silva (2014, p. 3) é a:

Possibilidade ainda de pensar sobre os processos de continuidade e de mudança enfrentados pelos grupos na história de longa duração, assim como nós nos relacionamos ou não com esses legados. Dessa maneira nos permite entender os diferentes processos históricos, culturais, econômicos e sociais em um determinado espaço, intervir de forma engajada e diferenciada no presente ou mesmo idealizar outro futuro.

Etimologicamente, a palavra arqueologia surgiu da junção de dois termos gregos: *archaios*, que significa passado ou antigo, e *logos*, que quer dizer ciência ou estudo, assim sendo, arqueologia significa ciência que estuda o passado ou ciência que estuda o antigo. A arqueologia é uma disciplina científica que contribui para o desenvolvimento da autoconfiança e sentimento de pertencimento a história, “[...] ao remontar uma sociedade pela sua produção material, corrobora com a ideia da história de todos os Homens [...]”. (IDE, 2013, p. 4)

Essencialmente multidisciplinar e interdisciplinar, a arqueologia segundo Bahn (2005), recorre a várias disciplinas para alcançar precisão na reconstrução histórica, entre elas: Antropologia que contribui muito com a intelectualidade da área, a História, Biologia e Química, entre outras. Além de estender-se a vários cantos do mundo, produzindo o que denomina de arqueólogos caseiros, que tem o intuito de reconstruir sua própria história, as raízes de seu povo, por isso optam por escavar em suas terras de origem. Sobre a questão da interdisciplinaridade, Vasconcelos, Hattori e Silva (2014, p.28-29) esclarecem que:

Cabe ressaltar que a arqueologia é uma área do conhecimento interdisciplinar por excelência (envolve as ciências humanas, naturais e exatas). Dessa forma, o educador em sua instituição pode inserir a discussão a partir da relação com outras áreas do conhecimento, propondo trabalhos conjuntos e integrados.

A arqueologia é uma disciplina científica que contribui para o desenvolvimento da autoconfiança e sentimento de pertencimento da história “[...] ao remontar uma sociedade pela sua produção material, corrobora com a ideia da história de todos os Homens [...]”. (IDE, 2013, p.4)

Outro ponto que tem tido grande relevância é a Arqueologia de Contrato, nesta situação, a pesquisa arqueológica é predominantemente realizada por contrato de prestação de

serviços para satisfazer a demanda do mercado. O arqueólogo é contratado para fazer uma avaliação em uma determinada área já que existe a possibilidade de desenvolver um projeto.

Sobre a Arqueologia de Contrato, Caldarelli e Santos (1999-2000, p.58) explica:

Arqueologia de contrato, em que o profissional é chamado para avaliar o patrimônio histórico/cultural presente em terrenos destinados a grandes empreendimentos (como usinas hidrelétricas, rodovias, gasodutos, linhas de transmissão, entre outros), bem como definir formas adequadas de resgate e manejo.

Na Arqueologia por Contrato o essencial é construir uma documentação detalhada dos achados e das estruturas para serem analisados nos laboratórios. Todavia, esta para alguns arqueólogos representa um ponto negativo para a arqueologia nacional, por certo, nestes casos, as pesquisas são direcionadas geralmente ao mercado econômico e a academia fica prejudicada. (PROUS, 2016).

A Arqueologia tem demonstrado ser uma ciência que avança no tempo, dado que com as pesquisas realizadas pelos vestígios encontrados, consegue informar a atual civilização sobre a cultura e costumes de seus antepassados. Ela praticamente estuda a espécie humana, ou melhor, estuda a trajetória das diferentes sociedades humanas, que não precisa ser necessariamente antiga (pré-histórica), diferentemente da Paleontologia que têm outros interesses.

1.2 ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA

Muitos ainda confundem o trabalho do arqueólogo com o dos paleontólogos, a maioria das pessoas pensa que a arqueologia e paleontologia são ciências humanas que estudam os dinossauros. No entanto, o trabalho do arqueólogo se diferencia do paleontólogo, essa confusão pode ser pela semelhança dos métodos de estudos que na maioria das vezes para se chegar aos vestígios materiais faz uso das escavações.

As diferenças são notórias entre essas duas ciências: “[...] A arqueologia possui implicações humanas, já que o seu objetivo, tal como o seu ponto de partida é a emergência do homem [...]”, ela conduz a um profundo conhecimento do ambiente e como as tecnologias impactaram nas transformações. (BAHN, 2005, p. 20). O objeto de estudos da Arqueologia é a sociedade humana, enquanto que a Paleontologia estuda o passado geológico da terra.

A ciência arqueológica não trabalha com restos de seres vivos, estuda as culturas, e o modo de vida a partir da análise de vestígios materiais, logo, é uma ciência social. Esses vestígios materiais podem ser um simples objeto (fragmentos de cerâmica, ferramentas, restos

de alimentos, etc), mas, que ao analisá-lo chegarão a uma conclusão sobre os costumes, tradições daquela civilização passada. (PROUS, 2016).

Araújo (2016) pontua que a Arqueologia tem como objeto de estudos artefatos como: pontas de flechas, fogueiras, ornamentos, vestígios deixados pelas populações humanas. Já a Paleontologia é uma ciência que se dedica ao estudo de fósseis (dentes, ossos, sementes, troncos, etc.) ou vestígios (pegadas, fezes, ovos, etc.), de seres vivos que habitaram os diferentes períodos geológicos na Terra no passado, que com o passar do tempo ficaram fossilizados (fauna e flora).

Sobre a ciência da Paleontologia Jabur e Sá Jr (2016, p. 5) destacam que:

É ela, por exemplo, que nos permite conhecer mais sobre os dinossauros ou sobre a idade do Planeta. Seu trabalho tem origem com a prospecção e análise de resíduos e vestígios de vida, encontrados em fósseis. Assim como a arqueologia, a paleontologia existe como ciência desde o sec. XIX, quando a comunidade científica passou a adotar, em seus estudos, princípios da anatomia comparada.

Através dos estudos dos fósseis encontrados, os paleontólogos obtêm várias informações sobre o vestígio fossilizado e como era a vida na terra antigamente, como por exemplo, fósseis de dinossauros. Dessa forma, conclui-se que a arqueologia e a paleontologia embora tenham vertentes de estudos diferentes, atuam de modo cooperativo, pois os resultados de seus estudos contribuem para o desenvolvimento de outras ciências.

1.3 ARQUEOLOGIA NO BRASIL

No Brasil, o trabalho realizado desde os primórdios pelos arqueólogos não foi uma tarefa fácil. Nesse sentido, Funari salienta que ao dissertar sobre as problemáticas e tendências da arqueologia salienta que no país, esta teve início com Dom Pedro I, quando trouxe para cá múmias egípcias e outros materiais, sendo que, por algumas décadas estas foram o centro das pesquisas. Durante o 1889-1930 (República velha), com o fim do período monárquico as pesquisas declinaram.

Barreto (2000, p. 33) sobre a história da Arqueologia no Brasil, destaca:

Rever a história da arqueologia no Brasil é acompanhar o confronto do brasileiro ao longo destes anos com um passado pouco conhecido, que traduz as diversas formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional, e que nem sempre corresponde a ideais de uma (pré) história nacional.

Completando o raciocínio acima Barreto (2000, p. 34) explica que no Brasil, ao contrário dos países vizinhos (Peru, Chile), a Arqueologia foi “marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena”.

Em meados do século XIX o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (considerado o Pai da Arqueologia no Brasil), com escavações descobriu o “Homem da Lagoa Santa” nas grutas de Lagoa Santa (MG), onde encontrou restos de animais e humanos datados de 20 mil anos. Mas, assim como Lund, merece destaque pelos trabalhos realizados Roquete Pinto, José Antero Pereira Júnior, Angione Costa e tantos outros também podem ser citados como pioneiros.

Assim sendo, trata-se de uma área de conhecimento relativamente nova, visto que ganhou maior notoriedade com as missões internacionais, especialmente, as missões francesas sob a coordenação de Annette Laming-Emperaire e a missão norte americana, sob a coordenação de Betty Meggers e Clifford Evans. Estes movimentos deram impulso ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que tinha como objetivo mapear os sítios arqueológicos do Brasil, já que até “1954 o trabalho de Arqueologia no Brasil era feito por pesquisadores amadores como Anibal Matos e Helio Diniz, da Academia de Ciências de Minas Gerais”. (IAB, 2014, p. 1).

O PRONAPA não foi o primeiro programa sobre pesquisas extensivas, mas foi o que obteve mais resultados, pois tinha como objetivo fazer levantamentos de grandes áreas nas bacias hidrográficas para futuras abordagens na coleta de artefatos culturais. As ações do PRONAPA foram de grande importância para o reconhecimento do potencial arqueológico no território nacional e surgimento de pesquisadores com interesse nestes sítios arqueológicos. (NETO, 2014).

Apesar dos levantamentos arqueológicos recentes, a arqueologia no Brasil encontra poucos resquícios étnicos e culturais de nossos verdadeiros ancestrais. Vivemos em uma sociedade permeada pela influencia da cultura européia, sabemos mais sobre o passado dos europeus do que do Brasil.

Barreto (2000, p. 34) sobre esta questão esclarece que:

A arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral.

Desde a década de 30, com a inclusão do patrimônio arqueológico editado pela Portaria nº 25/1937, a Arqueologia vem ganhando espaço institucional pela necessidade de preservação de bem finito, apesar da mesma já ser citada nos art. 215 e 216 da Constituição Federal, pois a partir desta temos o “fortalecimento dos instrumentos legais direcionados ao patrimônio arqueológico”. (VASCONCELOS; HATTORI; SILVA, 2014, p.26-27).

Foi com a Lei nº 3.924/1961, fruto da mobilização da sociedade arqueológica, que passaram a exigir uma série de ações para protegê-los, assim, que a proteção legal do patrimônio arqueológico de qualquer natureza existentes no território nacional passou a ter a proteção do Poder Público.

Em 1937, por meio da Lei n. 378 foi criado o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Autarquia Federal, responsável no Brasil pela proteção dos sítios arqueológicos, tendo como base legal a Constituição Federal de 1988, artigo 215 e 216. Sítio arqueológico é um local onde é possível encontrar evidências de atividades humanas, tais como pinturas rupestres, construções antigas, túmulos e artefatos que simbolizam e representam determinado momento histórico da região.

No site do IPHAN podemos encontrar uma lista com a relação de bens tombados e em andamento. Atualmente, no país existem vários sítios arqueológicos, dentre os quais, cita-se:

- a- Sítio Arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara (Patrimônio Mundial da UNESCO), localizado em São Raimundo Nonato (PI), com pesquisas arqueológicas em Pré-história brasileira (pinturas rupestres e artefatos e vestígios pré-históricos);
- b- Sítio Arqueológico Parque Nacional do Catimbau, localizado em Buíque, Tupanatinga e Ibirimir (PE), com pesquisas Pré-história (pinturas rupestres);
- c- Sítio Arqueológicos de Inhazinha e Rodrigues Furtado, localizado no município de Perdizes na região do Triângulo Mineiro (MG), com pesquisa arqueológica: Pré-história brasileira (vestígios cerâmicos e líticos);
- d- Sítio Arqueológico de Mangueiros, em Macaíba (RN), com pesquisas em vestígios cerâmicos, microlascas e micrólitos;
- e- Sítio Arqueológico Lapa Vermelha, localizado em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo (MG), com pesquisa arqueológica: Pré-história brasileira;
- f- Parque Arqueológico do Solstício, em Calçoene (AP), com pesquisas em pinturas rupestres;

- g- Sítio Arqueológico Pedra Pintada, localizado em Pacaraima (RR), com pesquisa arqueológica: Pré-história brasileira (pintura rupestre, pedaços de cerâmicas, ferramentas e diversos artefatos);
- h- Sítio Arqueológico São João Batista, localizado em Entre-Ijuís (RS), realizando pesquisas em ruínas remanescentes da redução de São João Batista (fazia parte dos Sete Povos das Missões);
- i- Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade em Apodi (RN), sobre arte rupestre, entre outros. (IPHAN, 2017).

Como podemos verificar o Brasil possui um patrimônio arqueológico muito grande e diversificado, pois nos achados arqueológicos brasileiros existem inúmeros sambaquis (montes compostos de moluscos, de origem marinha, terrestre ou de água salobra), esqueletos de seres pré-históricos, ossos humanos, conchas e utensílios feitos de pedra ou ossos, poços, sepulcrais, inscrições rupestres, dentre outros.

Também, verificam-se nesse conjunto de bens arqueológicos do país: fazendas, quilombos, casas, conjuntos urbanos, bens submersos que constituem o objeto da arqueologia subaquática. Com a visível grandeza do Patrimônio Arqueológico brasileiro, observa-se a dificuldade que é preservá-lo, já que está distribuído em várias partes do país, somente a partir da Portaria Interministerial nº 69/1976 que há uma oficialização da área de preservação ambiental e patrimonial.

Entretanto, para que esse avanço prossiga é preciso que se qualifique a profissão, pois o arqueólogo não tem sua profissão reconhecida legalmente no Brasil, ou seja, não foi regulamentada pelo Poder Legislativo, vejamos:

Infelizmente a Arqueologia não é profissão regulamentada no Brasil, o que acarreta inúmeras distorções quando da contratação desse profissional para executar atividades de arqueologia. Como não existe um Conselho que ratifique seus saberes e puna seus erros, cabe ao órgão fiscalizador, no caso o Iphan, o papel de árbitro dessa questão. Ele dá ou não portarias e permissões a este ou aquele arqueólogo autorizando-o a fazer a pesquisa arqueológica. (IAB, 2013/2014)

Sobre a profissão, Ribeiro (2012, p. 08) sustenta que: “A situação atual é que não sabemos bem quantos somos, que qualificações temos, sequer temos claramente definidos quais são os critérios mínimos para aceitação como profissional, pois a profissão não é regulamentada”. Considerando a falta de regulamentação legal não existe o profissional arqueólogo, o que nos leva de certa forma a uma falta de credibilidade perante os outros profissionais.

Saliente-se que a regulamentação da profissão evitaria que pessoas despreparadas lidassem com o patrimônio cultural brasileiro. Na atualidade, a arqueologia brasileira é representada segundo Souza (2016) por várias instituições de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e leis, asseguradas pelo IPHAN.

Se a Arqueologia é uma ciência, deve ser exercida por um cientista. Assim, em 10 de maio de 2017, a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) solicitou que os museus, centros de pesquisas e os cursos de graduação e pós-graduação manifestassem-se institucionalmente, bem como os centros acadêmicos e as representações discentes sobre a PL 3.729/2004 que abriria discussão sobre a regulamentação da profissão, mas de última hora o Projeto de Lei foi retirado da pauta. Até o momento ainda não foi votado.

O IPHAN por meio da Portaria n. 07, de 01 de Dezembro de 1988, aponta quem pode exercer as atividades arqueológicas no país:

Artigo 5º – Os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Secretário da IPHAN acompanhados das seguintes informações:

I – indicação do nome, endereço, nacionalidade e currículo **com cópia das publicações científicas que comprove a idoneidade técnico-científica do arqueólogo responsável e da equipe técnica**[...] (Grifo nosso)

Com o texto legal acima, verifica-se que a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) não tem competência para definir quem é arqueólogo, mas sim a Portaria editada pelo IPHAN, pois, depreende-se desta Portaria que o IPHAN possui critérios para estabelecer quem está e quem não está habilitado a receber as autorizações, sendo que estas recomendações são feitas pela SAB. Assim, é tarefa do IPHAN por meio de cartas de recomendações determinarem quem é arqueólogo “Desta forma, coube a este órgão determinar, em parte, quem é, e quem não é arqueólogo no Brasil”, observa-se uma lacuna na lei. (BARCELOS, 2012, p. 12).

Barcelos, (2012, p. 13) esclarece que recentemente, por meio do retorno dos cursos de formação de arqueólogos, graduações de arqueologia. [...] “[...] além da SAB e do IPHAN, um terceiro sujeito passa a definir o que seja ou não um profissional arqueólogo, a saber, o Ministério da Educação”, que definiu as grades curriculares para os mesmos, podendo atuar: como pesquisador em Instituições de Ensino Superior; empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica; em órgãos públicos relacionados à preservação e gerenciamento do patrimônio histórico- cultural; na curadoria de acervos arqueológicos e documentais; em empresas de arqueologia de contrato; em espaços de educação não-formal (feiras, museus, unidades de conservação); de forma autônoma em empresa própria ou de consultoria.

No entanto, o graduado em Arqueologia que for realizar atividades em identificações de sítios arqueológicos e coordenar trabalhos de escavações precisa ser avaliado pelo IPHAN. Esse impasse seria facilmente solucionado com a regulamentação da profissão. (BARCELOS, 2102).

Enquanto esse dilema perdura o IPHAN tenta se organizar para proteger o Patrimônio Arqueológico do país. Em termos legais na busca por essa proteção foi editado o Decreto Lei 25/1937 (Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Lei da Arqueologia 3.924/61 (dispõe sobre os monumentos Arqueológicos e Pré-históricos), asseguram que se registrado no IPHAN o sítio arqueológico é imediatamente bem tombado pela União.

Foi a partir da década de sessenta que a Arqueologia emergiu e foi reconhecida como um campo de pesquisa, “[...] entrava em uma fase de grande dinamismo, com a implementação de pesquisas por todo o país”. No entanto, embora este momento seja importante para o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, os trabalhos realizados deixaram de lado o trabalho interpretativo, por isso estas pesquisas não são vistas com bons olhos, ficando “relegada a um papel meramente coadjuvante”. (LIMA, 1993, p. 226).

Seguindo a linha de proteção aos bens arqueológicos, o IPHAN editou a Portaria 230/2002 que orienta como por em prática a lei 3.924/61 e a Portaria IPHAN 07/1988, que passou a exigir licenciamento ambiental para as pesquisas arqueológicas. Com esta Portaria Tega (2012, p. 15) acrescenta que as pesquisas no Brasil tiveram um grande crescimento, vejamos:

A medida acabou impulsionando um grande crescimento no que diz respeito a essas pesquisas no Brasil; gerou a criação de empresas especialistas na realização dos licenciamentos de obras; as Universidades também passaram a se adequar para poderem realizar os licenciamentos; a demanda por profissionais arqueólogos aumentou; foram criados cursos de graduação em Arqueologia, enfim, a Arqueologia no Brasil ampliou sua atuação, as pesquisas ganharam espaço dentro e fora das Universidades, configurando-se um mercado de atuação, de trabalho.

A partir da exigência do licenciamento ambiental, constata-se que as pesquisas arqueológicas tiveram um grande impulso, pois com o licenciamento a uma avaliação dos impactos de um determinado “[...] empreendimento no patrimônio arqueológico e contribuem para a evidenciação de outros aspectos das populações do passado e do presente que ocuparam a região alvo da pesquisa”. Logo, as descobertas realizadas servirão como “ferramentas para as problemáticas e lutas do presente”. (VASCONCELOS, HATTORI; SILVA, 2014, p.26).

Ao se tratar de Arqueologia não podemos deixar de falar sobre Patrimônio Arqueológico, que segundo Funari(2008,p.16) constitui todos os artefatos, monumentos, paisagem cultural e o folclore. Depois de vários documentos institucionais apresentados em relação o que seria paisagem cultural, o IPHAN chegou à seguinte definição:

Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a inteiração do homem como o meio natural. (IPHAN/Depam/2007, p. 3)

Nas últimas décadas a arqueologia brasileira tornou-se mais ativa, saiu do campo restrito desenvolvido no sul e sudeste. Atualmente, verifica-se um grande número de publicações vindas de diversas partes do país. No entanto, alguns arqueólogos como Lima (2000, p. 3) faz duras críticas em relação ao seu desenvolvimento:

Vista em seu conjunto, a arqueologia brasileira permanece ainda hoje fortemente atada ao histórico-cultural e continua obstinadamente apegada a princípios e procedimentos que o mundo há muito sepultou. Isolada, é vista por outros países da América do Sul e também da América do Norte fechada em si mesma, na medida em que nossa produção é pouco divulgada, sendo praticamente desconhecida no exterior.

Na visão de Lima (1993, p. 229) sobre as perspectivas futuras das investigações arqueológicas no país, esclarece que, atualmente, deve prevalecer a Arqueologia de Restauração:

Em termos de perspectivas futuras, a linha arqueográfica, e, por conseguinte, eminentemente técnica, deverá se manter, subsidiando, como é o seu papel em muitos casos, a restauração de bens tomados. Entretanto, alguns trabalhos já demonstram que as possibilidades da disciplina transcendem, e muito, essa "Arqueologia de Restauração", que inclusive pode ser enriquecido com a formulação de questões relacionadas a problemas previamente levantados.

Destaca-se que no Brasil “[...] a arqueologia ao longo do tempo tem se transformado e servido de muitas formas às demandas e anseios da sociedade.”. E que, hoje em dia “suas pesquisas têm se comprometido cada vez mais com a sociedade no sentido de fortalecer a sua diversidade”, nesse sentido, com suas pesquisas procura mostrar as diferentes formas de viver que a humanidade teve ao longo do tempo. (VASCONCELOS, HATTORI E SILVA, 2014, P. 28-29).

Observa-se que na contemporaneidade a previsão para as pesquisas arqueológicas é uma notável expansão. A preocupação é buscar por linhas de pesquisas arqueológicas mais

participativo-colaborativas, ou seja, trabalhar em conjunto, buscar mais engajamento político, ideológico e social (participação da população), assim, se fortalecerá e certamente cumprirá sua função social: conhecer o passado e conscientizar para a preservação.

1.4 ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO

Saviani (1986, p. 120) explica que: “a educação é uma ação mediadora de um movimento intencional que se realiza em um contexto histórico situado em sociedade concreta em face das demais manifestações sociais em termos de ações recíprocas”. Assim, com o conhecimento oferecido pelas ciências arqueológicas a escola poderá utilizá-lo como um recurso didático para melhor assimilação do conhecimento pelos alunos, já que estariam diante de dados concretos, e não simplesmente com uma teoria.

Garutti (2012, p. 4) expõe que na educação atual a escola não pode ser mais apenas transmissora de conteúdos pelos professores, vejamos:

Portanto, a questão educacional está na proposição didática de como realizar essa apropriação na escola. O ponto da questão está na busca de um método didático capaz de efetivar, no chão da sala de aula, o processo de apropriação do saber e não apenas reprodução dos saberes acumulados.

Desenvolver trabalhos com a Arqueologia na Educação é permitir que os alunos reflitam sobre sua existência, a relevância de seus atos na sociedade através da história da humanidade. Ao se aplicar os saberes deixados pelas ciências arqueológicas, o professor conduzirá os alunos à compreensão das ligações entre os diferentes períodos históricos através de fontes materiais, como por exemplo, a relação entre o capitalismo e feudalismo onde registros escritos não abrangem toda a realidade, ou até mesmo entre a confusão sobre a pré-história no Brasil ter início em uma época contemporânea na Europa (FUNARI, 2001, p. 36).

Em 1990, no novo currículo da Escola Primária já se falava da importância do aluno em conhecer sua história local, para assim compreender a vida social, pois a pessoa só aprende quando o que está sendo ensinado faz sentido para ela. Nesse sentido, a Arqueologia torna-se uma ferramenta didática importantíssima para a assimilação dos conhecimentos, pois ela explica o elo que nos liga ao passado.

Vigotsky e Freire ressaltam a importância de partir do meio social em que o aluno vive para alcançar a alfabetização ou qualquer outra forma de aprendizagem significativa. O bom ensino é o que incide na zona proximal do aluno, portanto, uma boa pedagogia é a que proporciona um intenso diálogo entre professores e alunos. (PALLEGRINI, 2001).

Desta feita, com a aplicação dos estudos realizados pela Arqueologia e valorização do Patrimônio Histórico, é possível alcançar um melhor desenvolvimento na aprendizagem do aluno. Ao se utilizar o Patrimônio Histórico que a cidade oferece, ou seja, o contexto histórico do local os alunos compreenderam melhor a sua formação social, deste modo, “a Arqueologia pode desempenhar um papel especial, permitindo aos alunos conhecer as sociedades indígenas que habitavam sua cidade em tempos pré-históricos”. (FUNARI 2008, p. 18).

O Patrimônio Histórico é um caminho fértil para a discussão e compreensão da formação social do homem. A escola é um grande instrumento para conscientizar as pessoas sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio arqueológico por meio da educação patrimonial, sua importância para o reconhecimento sociocultural, possibilitar reconhecer que o patrimônio não é algo distante de nossa realidade.

A educação formal poderia fazer uso do Patrimônio Histórico local para apresentar aos alunos a sua origem e as transformações ocorridas, pois “As noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio histórico-cultural encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento. (ARROYO, 2005, p. 42). Sobre a questão da preservação e defesa do patrimônio histórico:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado.(IPHAN, 2014, p. 6)

De acordo com o IPHAN (2014) a expressão Educação Patrimonial, nos últimos anos gerou várias iniciativas voltadas a práticas educacionais com caráter de preservação dos bens arqueológicos, e, com isso surgiram uma grande variedade de ações e projetos com práticas e objetivos pedagógicos. Desta feita, é imprescindível que as escolas também comecem a explorar o Patrimônio Histórico local nas atividades escolares, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da preservação.

Aplicar Arqueologia na escola envolve um maior contato com a comunidade na qual o aluno está inserido, no entanto, o caráter interdisciplinar das ciências arqueológicas ainda não se mostra aplicável nas escolas, o que se observa são práticas isoladas dentro do espaço escolar. A reconstrução da história da humanidade através de sua produção material é desenvolvida nas escolas de forma superficial na maioria das vezes, deixando conceitos sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio histórico fica subentendidos, pois o professor para aplicar o conteúdo fez uso somente da teoria. (IDE, 2013).

Na atualidade não se valoriza tanto o passado por considerá-lo ultrapassado, já que o consumismo e novas tecnologias pedem que acompanhem as evoluções materiais. Mas essa valorização pode ser cultivada através de um ensino menos fragmentado da Arqueologia nas escolas, e principalmente a partir de sua inserção nas séries iniciais.

Se os estudos com o uso da ciência da Arqueologia fossem introduzidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, esta poderia contribuir para a formação da identidade dessas crianças, permitindo que chegassem aos anos finais do Ensino Fundamental com uma noção sobre a diversidade étnica e cultural pela qual nossa história é formada. Assim, o aluno poderá compreender que também é produtor de história, que por mais simples que seja a comunidade em que vive ela está cercada de um patrimônio arqueológico, histórico e cultural.

2. ARQUEOLOGIA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Atualmente, o que podemos verificar é que as pesquisas arqueológicas no Brasil com o passar dos anos se intensificaram, ampliando seu espaço de atuação, remodelando o seu trabalho frente à sociedade, democratizando o conhecimento adquirido com suas pesquisas. Assim, de acordo com Funari (2010 apud ALMEIDA 2012) ao buscar outros espaços para tornar público seus achados, a Arqueologia passou a ser reconhecida como uma ciência interdisciplinar, saindo do individualismo científico e elitista, com o objetivo de aproximar da comunidade local na busca pelo conhecimento e também despertar o interesse de crianças e adultos para a importância da preservação do Patrimônio Cultural, ou seja, a comunidade nessa nova visão deixa de ser apenas um objeto de exploração e passa a ser vista como sujeitos que podem ajudar os agentes institucionais.

Com essa nova visão, a Arqueologia apostou na Educação Patrimonial como um meio de divulgar seus trabalhos, e também como mediadora no processo em que a comunidade local entenda e perceba a importância de se apropriarem dos bens patrimoniais, preservando suas heranças culturais. No entanto, os desafios para colocar em prática os conhecimentos adquiridos pela Arqueologia por meio da Educação Patrimonial nas escolas são diversos, como por exemplo, a falta de interesse por parte dos professores que não conseguem fazer a associação da Arqueologia com outras disciplinas, falta de recursos, participação da comunidade local, materiais didáticos sobre a questão, entre outros.(IPHAN, 2017).

Nesse processo, a Instituição Escolar assume grande relevância, podendo ser uma mediadora na divulgação e transmissão do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos, pois nesse espaço produz e reproduzem o conhecimento. Nesse sentido, a escola com seus diferentes sujeitos é um campo fértil para disseminar o trabalho desenvolvido pela Arqueologia.

Nessa direção, o IPHAN manifestou interesse na propagação do conhecimento conquistado por anos de pesquisas, assim, passou a utilizar de várias estratégias na busca pela proteção e preservação dos bens históricos, dentre as quais a Educação Patrimonial. Com essa nova metodologia surge a possibilidade de se construir novas relações com a comunidade, sendo que, com a Educação Patrimonial desenvolvida nas escolas, estas assumem o papel de construtoras coletivas do conhecimento. (IPHAN, 2017).

Em 1937, o IPHAN por meio de documentos, iniciativas e projetos, vem demonstrando o desejo da possibilidade da interação da educação popular com os bens

históricos, principalmente, os locais, já que estes se encontram bem próximos da comunidade. No entanto, somente a partir da década de setenta com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que tem como um de seus objetivos a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação, é que a educação patrimonial passou a ter relevância no quadro social e educacional, assim, passou-se a preocupar com processos educacionais que abrangessem a preservação patrimonial.

De acordo com o IPHAN (2017) um dos objetivos da Educação Patrimonial é conduzir crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. Quando aplicada no contexto escolar, proporciona a alunos, professores e comunidade a perceberem que também são responsáveis pela preservação dos bens históricos e culturais, já que estes definem sua história, memória e identidade.

Ao explicar o que é Educação Patrimonial aduz que; “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Assim, esta pesquisa procura demonstrar a importância da educação patrimonial, suas contribuições, limites e possibilidades dentro da escola. (IPHAN, 2017, p. 4).

Afinal, o que é educação patrimonial?

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (IPHAN, 2017, p.4)

Ademais, além de contribuir com a alfabetização cultural dos indivíduos, “a Educação Patrimonial, propicia a reflexão sobre a história de vida dos grupos sociais, a diversidade e a pluralidade cultural”. O que de certa forma estimula a comunicação e a interação entre todos: comunidade e agentes responsáveis pelos bens culturais, logo, neste processo dinâmico de socialização o indivíduo constrói sua própria identidade. (SANTOS, 2016, p. 38).

O que se almeja com a aplicação da Educação Patrimonial nas escolas é a socialização coletiva do conhecimento, sendo que a comunidade se vê como produtora de saberes, pois tem conhecimento de suas referências culturais, ou seja, encontra-se inserida no contexto da

memória social do local. Com esta nova iniciativa, a escola deixa de ser mera reprodutora de conhecimentos, desconectadas com a realidade, a educação escolar passa a ser democrática, permitindo que os sujeitos envolvidos interajam com o coletivo.

Diante das diretrizes educacionais no Brasil e da realidade de nossas escolas é necessário saber quais são os limites e as possibilidades da aplicabilidade das ações educativas patrimoniais que são vivenciadas no contexto escolar. Para Santos (2016, p. 38), a Educação Patrimonial quando inserida no contexto educacional, “propicia a reflexão sobre a história de vida dos grupos sociais, [...] cabendo a cada escola construir os trabalhos da educação patrimonial com características próprias daquela comunidade atendida, respeitando sua identidade e seus valores culturais”.

Segundo Gasparin (2013) por se tratar de uma prática nova de ensino e aprendizagem para os professores, requer um tempo para assimilação, pois será necessária uma nova postura por parte dos docentes para colocá-la em prática na sala de aula. Para compreender e aplicar essa nova didática histórica é imprescindível que se discuta o uso desse material didático, já que por falta de recursos financeiros falta suporte para os professores, como por exemplo, materiais de apoio ou manuais didáticos elaborados para essa nova proposta.

Sobre a falta de recursos didáticos para a aplicabilidade da Educação Patrimonial, SCHNEID (2013, p. 20) afirma:

[...], que a carência de materiais pedagógicos que auxiliem o professor a trabalhar a história do município se torna um obstáculo no ensino da história local, fato comum em grande parte dos municípios do país. A história, neste sentido, muitas vezes ainda está amparada no Positivismo, nos grandes heróis, nas pessoas ilustres e nos acontecimentos ditos marcantes da cidade.

Desenvolver conteúdos com dados que fazem parte na qual a comunidade está inserida, torna-se uma atividade muito importante, pois o que se ensina passa a ter sentido para os sujeitos envolvidos na busca do conhecimento. Dentro desse contexto, trabalhar conteúdos que envolvam a história local possibilita uma melhor compreensão, “identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – e, principalmente, por situar os problemas significativos da história do presente”.(SCHNEID, 2014, p. 21).

Ao se utilizar a Pedagogia Histórica, “o ponto de partida para este novo método não será a escola, nem a sala de aula, mas a realidade social mais ampla”. A escola sendo uma das responsáveis pela transmissão de conhecimentos assume diante da Educação Patrimonial também a responsabilidade de desenvolver cidadãos críticos e responsáveis pela preservação

de sua história, ou melhor, a escola é o ponto de partida, mas o material de estudo é fornecido pela comunidade local. (GASPARIN, 2013, p. 3).

A Educação Patrimonial ao ser aplicada nas escolas permite que os sujeitos façam uma releitura do patrimônio, dando um novo significado para estes, e, partindo da premissa que é a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade, essa nova didática prepara o aluno para novos conhecimentos além da História. Assim, o professor estaria considerando o conhecimento que o aluno traz consigo, adequando o ensino e evitando o distanciamento da realidade em que vivem, pois “apesar do conhecimento que possuem sobre o assunto, a partir do cotidiano, ainda não realizaram, no ponto de partida, a relação da experiência pedagógica com a prática social de que participam”. (GASPARIN, 2013).

A Educação Patrimonial quando colocada em prática nos anos iniciais da educação escolar, possibilita ao aluno uma melhor percepção de si mesmo e do outro, levando a uma compreensão melhor, reforçando sua autoestima, bem como a valorização da cultura e do patrimônio brasileiro. A Educação Patrimonial constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas inter e transdisciplinares (aproximação das disciplinas), dessa maneira, ela foi admitida como uma estratégia fundamental para a transmissão de valores atribuídos aos bens culturais. (PELLEGRINI, 2001).

Sobre a Educação Patrimonial, Pellegrini (2001) aponta quatro etapas que devem ser cumpridas ao desenvolvê-la nas escolas. Primeiramente a observação, pois segundo a autora é com ela que se identificam os objetos, os saberes, e também é nessa etapa que se desenvolverá a metodologia a ser aplicada. No segundo momento, verifica-se o registro, qual seja, reconhecem-se os bens por meio de desenhos, descrições escritas, gráficos, etc.

O terceiro momento para que a Educação Patrimonial seja aplicada com êxito, deve-se fazer um levantamento do patrimônio que está sendo objeto de estudo, o significado e sua relevância para a comunidade. Na última fase, deve-se verificar se houve uma apropriação dos alunos pelo bem, isto, se com a nova atividade foi possível conscientizar da importância de preservar e valorizar o patrimônio local.

Inovações em práticas pedagógicas contribuem para que os alunos tenham uma aprendizagem mais significativa, ou seja, para o aprendiz o que o professor ensina deve fazer sentido. Nessa caminhada, a Educação Patrimonial nas séries iniciais, por interagir com a realidade, permitirá que os alunos mesmo que apresentem conhecimentos cognitivos diferenciados, tenham acesso igualmente “ao que há de mais universal e permanente nas

produções do pensamento humano, qual seja, à cultura, às características regionais e às histórias de cada lugar”. (SANTOS, 2016, p. 25).

Assim, valorizando a diversidade e as diferenças, caminhamos na direção que orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que foram elaborados para respeitar as diversidades regionais e culturais do país. Em outras palavras, a Educação Patrimonial no âmbito escolar possibilita a valorização da cultura local, o que fortalece a identidade local, contribuindo para que as diferenças sociais e a discriminação sejam aos poucos amenizadas.

Seguindo esse raciocínio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9394/96) indica, em seu artigo 26, que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Grifo nosso)

Para Santos (2016) a Educação Patrimonial é fonte de ação e reflexão, pois o patrimônio que está sendo analisado é vivenciado pelo aluno a partir das diferentes atividades e experiências, com suas memórias, lembranças e histórias, que são perspectivas que repercutem no processo de ensino e aprendizagem na escola. Importante salientar que a:

A Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (IPHAN, 2017, p. 4)

De acordo com o IPHAN, a Educação Patrimonial é um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola, pois esta ao provocar o conhecimento cultural, automaticamente, despertará nos alunos o interesse em resolver questões pendentes na sua vida e também no coletivo.

Atualmente, como somos carentes de políticas públicas sociais, cabe a escola oportunizar aos seus alunos o conhecimento do patrimônio histórico e cultural local, utilizando-se das ferramentas disponíveis no ambiente escolar, mas, para que esta prática funcione direção e professores devem mudar sua postura, ou seja, utilizar o que tem em mãos para aplicar a Educação Patrimonial no espaço escolar. Portanto, para que a Educação Patrimonial possa evoluir no espaço escolar é necessário desenvolver atividades que os alunos

possam participar juntamente com a comunidade, de modo que possa ter uma troca de valores e conhecimentos.

2.1 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO: Aplicação da Educação Patrimonial na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo

À vista do que já foi exposto, verifica-se que a escola tem como uma de suas finalidades a socialização, logo, a Educação Patrimonial é uma das ferramentas que contribui com a inserção da criança em um círculo social. Assim, o professor ao preparar suas aulas poderia utilizar como material pedagógico e didático o patrimônio (cultural e histórico) do Município para amparar suas aulas, deixando de lado a forma ilustrativa com figuras e cartazes.

Desta forma, o ponto de partida para adquirir novos conhecimentos “não será a escola, nem a sala de aula, mas a realidade social mais ampla”. Sendo assim, os alunos teriam uma compreensão da história de forma mais ampla, pois o conhecimento adquirido estaria ligado a sua realidade social. (Ao se preservar o Patrimônio Histórico e Cultural d do Município, mantêm as marcas de sua história ao longo do tempo, além de assegurar a construção da identidade e da diversidade cultural local. (GASPARIN, 2013, p. 3).

Nesse sentido, percebe-se a importância da compreensão da história local, amparada principalmente na percepção de seus bens culturais, como passo inicial para a construção do conhecimento histórico e da realidade atual num contexto mais amplo. Esta realidade serve como justificativa para a necessidade de ampliação de ações pedagógicas que envolvam o patrimônio do município, pois ao desenvolver o projeto, percebe-se que embora a Educação Patrimonial já tenha suas metodologias definidas, ainda não é vista com relevância na educação formal, sendo pouco utilizada nas escolas, principalmente nas séries iniciais.

A pesquisa tem como objetivo principal as contribuições da Arqueologia para o ensino e a possibilidade de sua transdisciplinariedade com outras disciplinas, como: História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes, entre outras por ser acessível a Arqueologia pode contribuir com o desenvolvimento da educação formal. Assim, procura-se demonstrar que é possível colocar em prática a Educação Patrimonial principalmente nas séries iniciais, pois é uma ciência que não requer o uso de materiais de difícil acessibilidade, já que boa parte das ferramentas a serem utilizadas nas aulas existe na comunidade local, como por exemplo, o Museu Histórico do Município, danças, cantigas, comidas típicas, etc..

Com o desenvolvimento desta pesquisa, através da Educação Patrimonial, pretende-se demonstrar que é possível aplicar o conhecimento da Arqueologia na escola, formando cidadãos responsáveis pela transmissão e preservação de sua história, bem como do Patrimônio Histórico e Cultural local, de maneira que se identifiquem e se apropriem deste Patrimônio, fortalecendo a relação dos cidadãos paranaibanos com suas heranças culturais.

Com esta pesquisa, procura-se demonstrar que é possível utilizar o meio escolar para disseminar valores culturais, interagindo os conhecimentos arqueológicos com a realidade local no processo ensino/aprendizagem, já que a Arqueologia por ser uma ciência interdisciplinar, ainda não é bem desenvolvida nas escolas, o que leva os alunos a terem conceitos vagos, pois não aproveitam o Patrimônio local para servir de subsídios para suas aulas. Logo, percebe-se que a escola cumpre de forma precária o seu papel de disseminação na divulgação e conhecimento dos bens históricos locais.

O plano de aula foi desenvolvido com base nos fundamentos do livro *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica*, de João Luiz Gasparin, no qual defende a ideia de que o processo de conhecimento consiste em partir da prática, e ascender à teoria e descer novamente à prática. Esse novo posicionamento implica novas atitudes tanto dos docentes, como dos discentes, pois o conhecimento escolar passa a ser teórico-prático, o que “possibilita evidenciar aos alunos que os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens conduzem sua vida nas relações sociais” (GASPARIN, 2013, p. 2).

As atividades desenvolvidas em sala de aula foram extraídas do livro *Conhecendo o nosso Patrimônio*, cujo conteúdo apresenta algumas opções de como explorar o tema Arqueologia na escola, de forma criativa, buscando no passado e na cultura local, a possibilidade de construir uma forma sustentável de viver, preservando os recursos naturais e culturais. (IPHAN, 2008).

2.1.1 Coleta de dados

A pesquisa é fruto de um dos requisitos para obter a licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Câmpus Paranaíba. Esta etapa foi desenvolvida no período de 21/08/2017 a 22/08/2017, com 5h/aula em cada sala, na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo, localizada no município de Paranaíba/MS, com a participação dos alunos do primeiro e segundo ano.

Para fundamentar a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos, revistas *on-line* e sites sobre o tema. O trabalho de campo foi estruturado com um

questionário e cinco aulas práticas, com alunos da Escola Municipal Liduvina Motta Camargo bem como, a participação das professoras responsáveis pelas turmas. Verificou-se com o desenrolar do projeto que essa transdisciplinaridade utilizando a Educação Patrimonial não é de livre domínio dos professores.

Para embasar a discussão, utilizamos de autores que discutem o assunto de forma científica, bem como de informações dadas pelo IPHAN, que é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial material e imaterial do país. De posse destas informações, pretendemos chegar a uma conclusão sobre a aplicabilidade ou não da Arqueologia na Educação para a propagação e valorização do Patrimônio Histórico local, sempre levando em conta a independência e opiniões dessas publicações.

Primeiramente cumpre ressaltar, que atendendo a orientação da diretora da Escola Municipal Sr^a Adriana Lopes de Oliveira Ferreira foi realizado um teste preliminar com uma aluna do segundo ano, pois a direção queria saber o tempo que seria dispensado para a aplicação do projeto em sala de aula, já que as crianças têm outras atividades para serem desenvolvidas. Depois de mostrar a aluna uma figura do Museu Histórico Municipal Dico Quirino, ela respondeu algumas perguntas, como: Você conhece o Museu Histórico de Paranaíba? Tem alguma coisa que não gostou no museu? O que você gostou e que não gostou? Caso você não conheça o museu, o que espera encontrar lá? Saliente-se que esta aluna foi uma das que disse não conhecer o Museu da cidade e teve dificuldades para responder as perguntas.

2.1.2 Análise dos dados da pesquisa: Turma 1º ano do Ensino Fundamental

A sala de aula do 1º ano é composta de vinte e cinco alunos, no entanto, nem todos conseguiram participar de todas as atividades propostas, pois o tempo disponibilizado pela direção da escola não foi suficiente. Por serem alunos da série inicial, eles requerem maior atenção para resolverem as problemáticas apresentadas.

Primeiramente, aplicou-se o questionário com 15 questões para dois alunos por vez, neste momento apenas seis alunos no total conseguiram responder. Em seguida foi entregue a sala toda uma folha com a imagem aérea da cidade, foram feitas algumas considerações sobre o município, para que refletissem como imaginavam que ser a cidade antes das construções existentes.



VISTA PANORÂMICA DE PARANAÍBA/MS– FONTE: Google. Acesso em: 12 de julho de 2017

Assim, depois de algumas explanações sobre o Município de Paranaíba, os alunos foram conduzidos a uma reflexão sobre os primeiros habitantes e como eles imaginavam que seriam as primeiras construções. O espaço utilizado para desenvolver esta atividade foi à sala de aula, sendo que foram suscitadas algumas discussões sobre o conteúdo, dentre as quais: Como era nossa cidade antes da construção das casas? Quem morava aqui? Em seguida eles deveriam fazer um desenho de como eles achavam que era a cidade no início, antes das atuais construções. Nesse primeiro momento, dos vinte e cinco alunos em sala de aula, vinte conseguiram desenvolvê-la, participando da atividade, expressando seu conhecimento. Como demonstra o gráfico número 1.

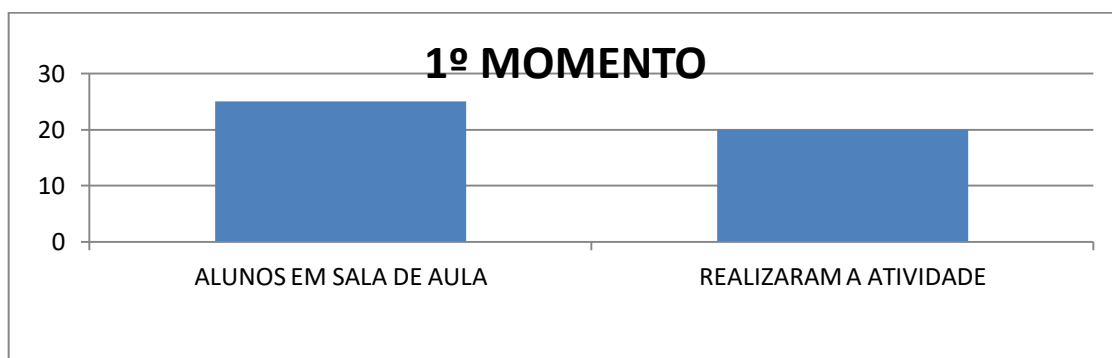


Gráfico 1: 1º Momento

Nessa primeira atividade desenvolvida, observamos que a maioria das crianças representou em seus desenhos árvores e pessoas (índios), demonstrando diferenciar a realidade atual com o início da formação do Município de Paranaíba, identificando-se com os seus antepassados, apresentando uma visão crítica das diversas dimensões da mesma realidade, sendo coautores no processo ensino-aprendizagem, e não simplesmente receptores de conhecimentos desconectados de sua realidade social. Desta maneira, conhecer o saber e as

experiências vividas por nossos primeiros habitantes, no caso os índios Caiapós, é importantíssimo para que as crianças cresçam sabendo valorizar suas origens. (GASPARIN, 2013).

Com essa atividade trabalhamos diversas disciplinas História, Língua Portuguesa, Artes. Observamos que a forma como foi desenvolvida, foi apropriada para essa turma, pois elas ainda apresentavam dificuldades para escrever, no entanto, usaram dos desenhos para se expressarem. Evidenciando que essa nova forma didática de agir, utilizando-se de dados reais que fazem parte da vida deles, facilitou a compreensão, pois o conhecimento partiu do concreto, ou seja, dados sobre a cidade em que vivem, emergindo para uma análise, e assim, chegar a uma conclusão sobre os primeiros habitantes de Paranaíba, os índios Caiapós, o que ficou claramente demonstrado nos desenhos que fizeram, como pode-se verificar na figura 1.



Dando continuidade à pesquisa, para explicar o que seria Patrimônio Histórico, pedimos para as crianças que desenhassem o trajeto de sua casa até a escola (atividade extraída do livro Conhecendo nosso Patrimônio). O objetivo desta atividade era verificar se eles observaram alguma construção no trajeto que se encaixava como sendo relevante para a sociedade e se esta poderia ser considerada um bem histórico, pela forma como foi construída e a importância que a população dá a esta construção.

Foram questionados: Como é a casa onde mora? Todas as casas são iguais? O que é patrimônio? Existe patrimônio histórico em sua cidade? O que é patrimônio material e imaterial? Conhece algum exemplo?



Em linhas gerais, os desenhos feitos pelos alunos lembram muito a arte rupestre utilizada pelos nossos antepassados para se comunicarem. Assim, verifica-se que ao utilizarmos metodologias que aproximem os temas da realidade da criança, como por exemplo, o Patrimônio Histórico local e as suas memórias, as aulas ficam enriquecidas, ou seja, há lógica na aprendizagem, pois tem conexão do que se aprende com sua realidade.

Verifica-se que ao se discutir Educação Patrimonial nos primeiros anos escolares, principalmente, independente da disciplina, a Arqueologia contribui para a formação da cidadania, pois os alunos ao trocarem informações percebem o mundo em que vivem, e ao se expressarem sobre o tema enfatizam o conhecimento que possui, logo, sentiram-se valorizados como ser humano, pois com esta nova prática educacional partiram do concreto, chegando a uma conclusão sobre o tema proposto. Nesse sentido, Corazza (1991, p 4-5, apud GASPARIN, 2103) conclui:

Enfim, entende-se o conhecimento como o movimento que parte da síntese (sensorial concreto, o empírico, o concreto percebido), passando pela análise abstração, separação dos elementos particulares de um todo, identificação dos elementos essenciais, das causas e contradições fundamentais) e chegando à síntese (o concreto pensado, um novo concreto mais elaborado, uma prática transformadora).

No segundo dia, para explicar o trabalho de um arqueólogo, as crianças foram conduzidas para a parte externa da escola. O que é arqueologia? O que um arqueólogo procura? Em um espaço com areia foram feitas pequenas demarcações com palitos de churrasco e barbantes, onde foram colocados alguns pedaços de cerâmicas, ossos e pedras

para que as crianças fizessem escavações simulando o trabalho do arqueólogo. Como consequência dessa nova didática de ensino-aprendizagem apresentada aos alunos não se entregou conceitos prontos, acabados, mas foi proposta uma atividade de investigação e reflexão às crianças, o que de certa forma vai à contramão das práticas educacionais desenvolvidas pelas escolas tradicionais. (GASPARIN, 2013).



FONTE: acervo particular

Com esta atividade as crianças se colocaram no lugar dos arqueólogos, um pequeno espaço no pátio da escola passou a ser um Sítio Arqueológico, que foi explorado pelos alunos na busca de objetos que pudessem ser identificados. Esta simples atividade pode explorar a geografia, a matemática, ciências entre outras disciplinas, estimulando a criatividade dos alunos.

Conclui-se, que apesar das dificuldades de ainda se expressarem com a escrita, os alunos do 1º ano por meio de desenhos e da participação oral conseguiram transmitir o que entenderam sobre a história e formação do Município, observando as mudanças que ocorreram no decorrer dos tempos.

Nesta turma, foi possível observar que cada criança foi capaz de demonstrar algum conhecimento, pois o que foi apresentado a eles faz parte de suas vidas. No entanto, para que a Arqueologia seja aplicada na Educação é necessária uma transformação na forma

de ensinar, na interação com a comunidade, incentivando os educadores a pensar o saber não de forma fragmentada, mas buscando maior conexão com outras ciências.

2.1.3 Análise dos dados da pesquisa: Turma 2º ano do Ensino Fundamental

Essa turma é composta por vinte e cinco alunos, sendo que, todos participaram das atividades, resalte-se que inicialmente, as atividades que foram desenvolvidas eram praticamente às mesmas do 1º ano do ensino fundamental, mas um pouco mais aprofundado, pois as crianças já demonstravam um conhecimento maior e também mais facilidade para se expressarem por meio de palavras e da escrita. Assim, no primeiro, momento foram trabalhados conceitos de Arqueologia, Patrimônio Histórico e desenvolvimento arquitetônico da nossa cidade.

Foram mostradas a eles duas figuras do antes e depois de construções de nossa cidade: a Igreja Matriz e o prédio das Casas Pernambucanas, assim eles tiveram a oportunidade de observar as transformações que ocorreram no decorrer do tempo com estas duas construções. Aproveitamos para demonstrar que quando essas construções não são preservadas elas se perdem no tempo, e muitas vezes são esquecidas.



PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARANAÍBA/MS – FONTE: Google (Acesso em julho de 2017)

Saliente-se que o Patrimônio Cultural brasileiro não se resume somente a monumentos e objetos artísticos, temos uma grande diversidade de bens culturais materiais e imateriais:

Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e

colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (IPHAN, 2017, p. 5)

Em seguida, depois de algumas explicações sobre arqueologia e Patrimônio Histórico, apresentamos para a turma uma ilustração do Museu Municipal de Paranaíba para verificar o nível de conhecimento sobre o patrimônio cultural que existe na cidade.



FONTE: Acervo particular

De acordo com a metodologia apresentada por Gasparin (2013), sabemos que nenhuma informação substitui o objeto real, mas como não tínhamos como transportar as crianças até o Museu Municipal, usou-se apenas a ilustração para demonstrar esta atividade. Com a imagem do Museu Municipal foi realizada uma explicação sobre o que é um museu e sua importância, demonstrando para as crianças que este prédio é um Patrimônio Cultural local, que preserva a memória de nossos antepassados.

Dos vinte e cinco alunos participantes das atividades, dezenove não tinham conhecimento do museu, como demonstra o gráfico 2:

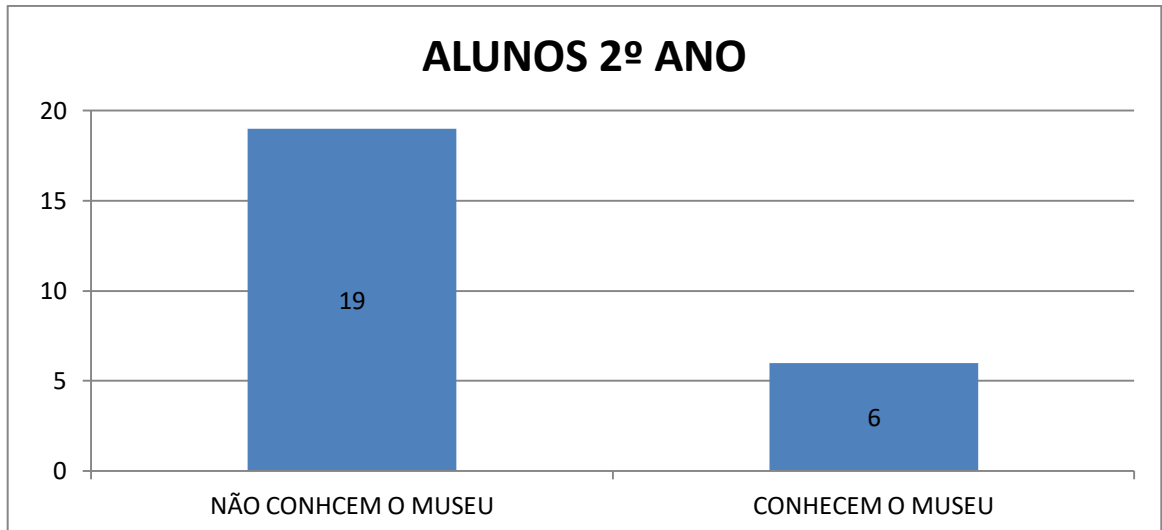


Gráfico 2: Museu

Como o índice de crianças que não conheciam o Museu Municipal de Paranaíba foi alto (setenta e seis por cento das crianças), exploramos mais um pouco esta atividade, para que elas tivessem noção do que é um Museu. Nesse sentido, com o objetivo de levar as crianças a um processo ativo de conhecimento do patrimônio cultural local, bem como apropriação e valorização de sua herança cultural, e aproveitando que alguns alunos tinham conhecimento sobre o Museu Municipal, foram conduzidos a uma reflexão sobre o que imaginavam ser um museu.

Nesse caminho, ao serem perguntadas sobre o que elas esperavam encontrar neste espaço responderam, livros, objetos antigos, ossos de dinossauros, carros antigos, relógios, como demonstram os dados do gráfico abaixo:

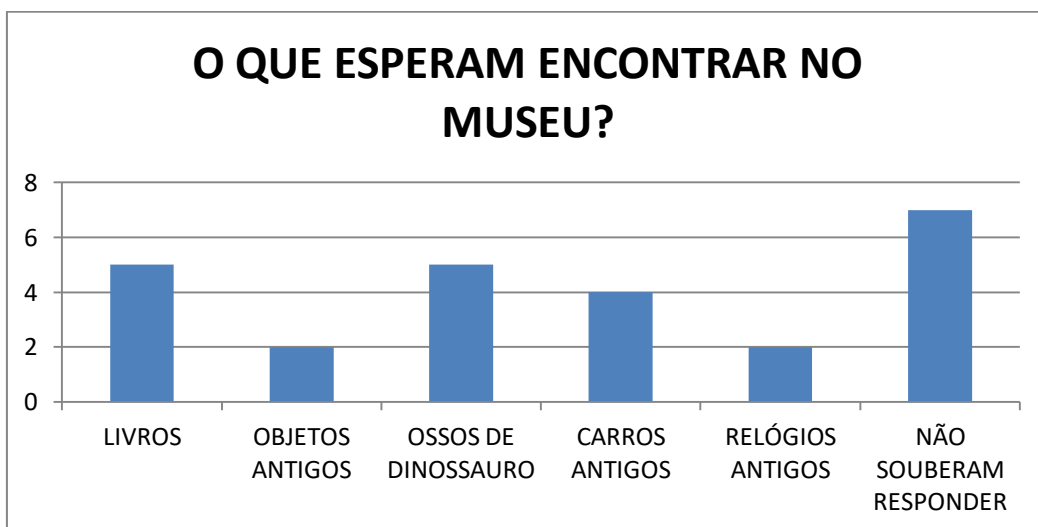


Gráfico 3: Objetos

Com esta discussão onde as crianças expressaram seus conhecimentos, percebi que eles passaram a ter mais confiança em mim, assim, o clima em sala de aula ficou mais favorável à aprendizagem. É importante salientar que cada objeto citado pelas crianças ‘traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados, [...] sendo “necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade” que o professor quer alcançar. Por exemplo, quando foi definido que se usou o monumento do Museu Histórico Municipal como referência, por se tratar de uma turma do segundo ano, procuramos analisar somente os aspectos históricos e os materiais que existem em seu interior, mas cada um desses aspectos oferece uma infinidade de enfoques a serem abordados pelo professor. (IPHAN, 2017, p. 8)

Continuando as atividades, cujo objetivo era demonstrar que é possível aplicar os conhecimentos realizados pelas pesquisas arqueológicas em sala de aula, já que esta é uma ciência transdisciplinar, foi proposto aos alunos um questionário que deveria ser respondido.

Acompanhamos passo a passo com as crianças o desenvolver desta atividade. Todos se mostraram interessados em desenvolvê-la, embora uns apresentassem mais dificuldades, o que aparentemente é normal, pois cada criança chega à escola com uma carga de conhecimento. Nesse sentido, essa diversidade de conhecimentos pode ser aproveitada, pois sabemos que as diversidades culturais, “contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele”. (IPHAN, 2017, p.5).

O questionário é composto de quinze perguntas, sendo que: quatro foram sobre o Museu Municipal, sete sobre a história de Paranaíba e quatro sobre Arqueologia. Este instrumento didático foi importante, tanto para a coleta de dados como para verificar o conhecimento que as crianças apresentavam, assim pode-se ter uma visão, senão total, mas bem aproximada da pesquisa sobre a possibilidade do uso de dados fornecidos pela Arqueologia em sala de aula, o objetivo era envolver os educandos na construção ativa de sua aprendizagem por meio de elementos locais, florescendo o que conhecimento prévio que manifestavam, bem como aprofundar esse conhecimento.

QUESTIONÁRIO

NOME: *Danelly*

IDADE: 8

TURMA: *2º ano*

1. VOCÊ CONHECEU O MUSEU HISTÓRICO DE PARANAÍBA?
 SIM NÃO
2. TEM ALGUMA COISA QUE VOCÊ NÃO GOSTOU NO MUSEU?
 SIM, TEM GOSTEI DE TUDO
3. O QUE VOCÊ GOSTOU NO MUSEU?

4. CASO VOCÊ NÃO CONHEÇA O MUSEU, O QUE ESPERA ENCONTRAR LÁ?



VAMOS PENSAR UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DE PARANAÍBA.

5. LIGUE OS NÚMEROS DE ACORDO COM O QUE IMAGINA TER SIDO A ORDEM DE CHEGADA DOS HABITANTES DE NOSSA CIDADE.
- 1 _____ COLONIZADORES
 2 _____ ÍNDIOS
 3 _____ NÓS

6. VOCÊ JÁ VIU UM ÍNDIO NA CIDADE DE PARANAÍBA?
 SIM NÃO

7. ONDE OS ÍNDIOS VIVEM?



8. COMO ELES SÃO?



9. VOCÊ ACHA QUE ANTIGAMENTE VIVIAM ÍNDIOS POR AQUI?

() SIM

NÃO

() NÃO SEI

10. JÁ OUVIU FALAR DE ARQUEOLOGIA?

() SIM

NÃO

11. ONDE OUVIU FALAR?

A ARQUEOLOGIA É UMA CIÊNCIA QUE ESTUDA POVOS DE VÁRIAS ÉPOCAS E LUGARES A PARTIR DE SEUS RESTOS MATERIAIS.

12. VOCÊ SE INTERESSA PELOS ASSUNTOS DA ARQUEOLOGIA?

() SIM

NÃO

13. POR QUÊ? *Porque*



ESTE RAPAZ É UM ARQUEÓLOGO, PESQUISADOR QUE ESTUDA OS POVOS E AS CULTURAS DO PASSADO. (IPHAN, CONHECENDO O NOSSO PATRIMÔNIO, P.19 *minhoca* 2008)

14. O QUE ELE ESTÁ PROCURANDO DEBAIXO DA TERRA? *minhoca*

15. O QUE VOCÊ PERGUNTARIA PARA O ARQUEÓLOGO?

que está procurando de buracos da terra

Na parte do questionário que tratava sobre a História de Paranaíba os alunos apresentaram muito interesse, pois estes desconheciam que nossa cidade já fora habitada por índios. Mais uma vez, verifica-se a importância de se aplicar na Educação os conhecimentos da Arqueologia, que com suas pesquisas explicam a realidade cultural de um local, de modo que presente e passado passam a ter um significado, pois um completa o outro, trata-se de um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização de informações. (IPHAN, 2017).

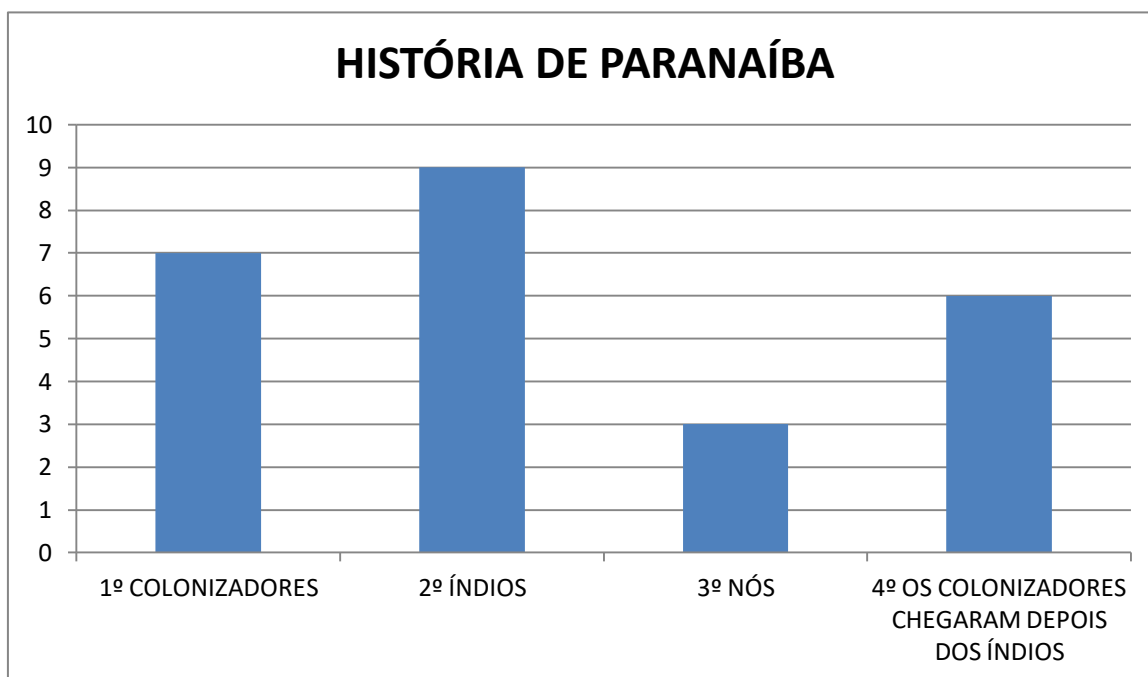


Gráfico 4: Cidade

Assim, ao trabalhar com dados que a Arqueologia nos apresenta na Educação, principalmente, nas séries iniciais, fortalece a relação das crianças com suas heranças culturais, pois todos independente de sua condição social têm direito de ter acesso a sua própria história.

Encerrando as atividades, todos os alunos (2º ano) fizeram um painel sobre o que entendeu sobre Arqueologia, Patrimônio Histórico, o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo, os primeiros habitantes do município, pinturas rupestres e demais atividades desenvolvidas nas aulas, fazendo uma síntese por meio de desenhos. Com esta pesquisa, verifica-se que independente da idade e da formação que a criança já possui, ela tem habilidade para interpretar o que lhe é apresentado, e tudo fica mais fácil para ela quando o que lhe é exposto faz parte da sua realidade, sai do simbólico para o concreto.

Medeiros e Surya (2009, p. 7) defendem que a “Educação Patrimonial é uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a não realização repercute de forma negativa,

pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens”. Com a pesquisa, observa-se que qualquer educador pode desenvolver a Educação Patrimonial na escola. Trata-se de um recurso didático que pode ser explorado de diversas formas, não precisa de grandes recursos financeiros para desenvolver nas crianças a capacidade de reflexão sobre suas origens, podendo ser explorado em um único tema diversas disciplinas.



FONTE: acervo particular



FONTE: acervo particular



FONTE: acervo particular

Como a escola é a extensão da família, a Metodologia da Educação Patrimonial aplicada com os conhecimentos que a Arqueologia apresenta é totalmente aplicável. É no espaço escolar que as novas gerações recebem boa parte de seus conhecimentos, assim, em uma aula sobre História do Município, por exemplo, os objetos que se encontram no Museu Municipal são as peças chaves para despertar na criança o interesse pelo conhecimento de sua história.

A Arqueologia é uma ciência transdisciplinar, em uma única aula, como por exemplo, a que demonstramos por meio das escavações o trabalho do arqueólogo é possível trabalhar com as disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes. As crianças têm o direito de ter acesso a sua História, a sua formação cultural, logo, a Educação Patrimonial é uma ferramenta que proporciona tudo isso, pois ela é democrática, e tem como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo o patrimônio cultural local, sendo uma atividade pedagógica totalmente viável, pois todos os seus aspectos podem ser explorados em conceitos e conhecimentos. (MEDEIROS; SURYA, 2009)

No desenrolar da pesquisa, foi possível observar que as crianças envolvidas na pesquisa possuíam pouco conhecimento da história local, sendo que, a maioria nunca tinha ouvido falar de Arqueologia, Patrimônio Histórico e nem conheciam o Museu Municipal. Além do mais, algumas delas desconheciam que os nossos primeiros habitantes foram os índios Caiapós, que o Município teve uma participação muito importante na Guerra do Paraguai, Visconde de Taunay que tornou a região conhecida ao escrever o romance Inocência, o que evidencia a não ocorrência do contato com nossa história pela comunidade.

Mesmo não tendo conhecimentos plenos sobre os temas discutidos, as crianças demonstraram o interesse em participar. Portanto, ações pedagógicas com a aplicação dos conhecimentos da Arqueologia são perfeitamente possíveis na Educação, pois no nosso Município encontramos materiais didáticos disponíveis para desenvolver temas que envolvam os bens culturais materiais e imateriais, no entanto, o caráter interdisciplinar ainda não é pleno na visão dos professores, sendo este o grande obstáculo para a aplicação dos conhecimentos arqueológicos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi discutir a aplicabilidade da Arqueologia na Educação, por meio da Educação Patrimonial, cujo objetivo segundo IPHAN é a alfabetização cultural, uma vez que possibilita o aluno fazer uma leitura do mundo que o rodeia e por se tratar de uma ciência transdisciplinar, tem a capacidade de conduzi-los a uma melhor compreensão do universo sociocultural. Qualquer atividade realizada com materiais resultantes das pesquisas arqueológicas é possível enriquecer uma aula, visto que o professor sairá do abstrato para o concreto, o que já está comprovado que facilita a compreensão e assimilação dos conteúdos ministrados.

A Arqueologia aplicada na Educação contribui para aumentar os conhecimentos dos educandos e educadores, pois pode ser desenvolvida conjuntamente com outras disciplinas, reforçando a auto estima dos alunos e a valorização da cultura brasileira. Trata-se de um método pedagógico plenamente possível, uma vez que toda comunidade possui bens culturais materiais (monumentos, prédios, museus, etc.) e imateriais (danças, cantigas, comidas, festas religiosas, etc.), o que pode enriquecer uma aula favorecendo o envolvimento e a compreensão dos alunos.

Com a pesquisa verificou-se que muitas são as dimensões e possibilidades da aplicação da Arqueologia na Educação, no entanto, ainda é aplicada de forma superficial nas escolas, que a utilizam apenas como respaldo em uma aula de História, por exemplo. Importante salientar que a Arqueologia é uma ciência social transdisciplinar, logo, pode ser aproveitada de forma democrática na construção do conhecimento de diversas disciplinas, o que requer pensar a educação como uma ação transformadora dos sujeitos e não uma educação que simplesmente reproduza conhecimentos.

Nesta perspectiva, a pesquisa realizada na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo com os alunos do primeiro e segundo ano apresentou algumas sugestões para lidar com a dificuldade de colocar em prática a Arqueologia na Educação, utilizando materiais simples, de baixo custo e materiais concretos como o Museu Municipal e a simulação de um Sítio Arqueológico no pátio da escola para falar não só de História, mas de Geografia, Artes e Língua Portuguesa. Desta forma, embora a presente pesquisa tenha sido aplicada nas séries iniciais, acreditamos que a Arqueologia possa ser utilizada como motivadora na Educação para qualquer matriz curricular, principalmente para temas que vão além do currículo base como cidadania, educação ambiental, desenvolvimento econômico, tecnológico ou social.

Trata-se de uma proposta que facilita a comunicação e a interação das crianças, pois o material didático utilizado na pesquisa, embora desconhecido fisicamente por elas, faz parte do cotidiano delas, sendo um instrumento valioso dentro e fora da escola. Verificou-se um processo dinâmico de socialização, pois cada criança tinha algo a acrescentar sobre sua realidade e o novo conteúdo apresentado.

Com a pesquisa realizada na Escola Municipal Liduvina Motta Camargo tivemos a oportunidade de verificar a necessidade de novas metodologias para adequar as exigências do novo milênio, que requer seres humanos capazes de participarem ativamente das decisões sociais e não meros reprodutores de conhecimentos.

Desse modo, a Arqueologia na Educação apresenta sugestões simples de materiais didáticos, visto que o professor pode utilizar os objetos culturais em sala de aula como uma dança folclórica ou nos locais onde se encontram, como por exemplo, o Museu Municipal local. Simples atitudes que podem fazer a diferença na aprendizagem dos alunos, pois a Arqueologia por ser uma ciência social é capaz de romper com a tradicional educação setorializada, sendo uma ponte para enfrentar desafios como falta de recursos financeiros e materiais didáticos que nem sempre são disponibilizados pela escola.

Tendo em vista que a educação não é estática, logo, não pretendemos esgotar o assunto, apenas demonstrar que com materiais didáticos concretos (patrimônio cultural local) é possível a aplicabilidade da Arqueologia na Educação. Com simples mudanças na forma de pensar dos educadores é possível romper com os padrões dominantes da fragmentação do ensino, e utilizar a Arqueologia rompendo com padrões impostos, relacionando-a com o cotidiano dos alunos, destaca-se que com a pesquisa foi possível verificar que as crianças foram receptivas e assimilaram bem os conteúdos apresentados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, FábioPy Murta de. **RESENHA: Arqueologia (Pedro Paulo Funari)**, 2011. Disponível em <. <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/20.pdf>>. Acesso em: 10 de set 2017

AMORIM, Lilian Bayma de. **Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/Downloads/Cat%C3%A1logo%20Cer%C3%A2mica%20Marajoara.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **Arqueologia: o que é, e o que não é arqueologia**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/arqueologia>>. Acesso em: 09 de set de 2017

ARROYO, Michele Abreu. **Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo?** In: Revista Outro Olhar – revista de Debates. Ano IV, n.4, BH, out. 2005.

BAHN, Paul G. **O guia essencial Arqueologia**. Artemágica editores, Largo 7 de dezembro, 2005.

BARCELOS, Artur. **Arqueologia e Patrimônio no Brasil: um dilema inacabado**, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/4959562/ARQUEOLOGIA_E_PATRIM%C3%94NIO_NO_BRASIL_um_dilema_inacabado> . Acesso em: 25 de jul de 2017

BARRETO, Cristina. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil, 1999-2000**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10196099-A-construcao-de-um-passado-pre-colonial-uma-breve-historia-da-arqueologia-no-brasil.html>>. Acesso em: 24 de jul de 2017

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica**. Edições 70, Lisboa/Portugal, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/page/legislacao>> Acesso em 10 de agosto de 2017

BLASIS, Paulo A. Dantas de. **O QUE É ARQUEOLOGIA**, 2014. Disponível em:<<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/47550>>. Acesso em: 14 de set de 2017

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996**. (Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: 15/09/2017

_____. **Lei n. 3924 de 26 de julho de 1961**. (Dispões sobre Monumentos Arqueológicos e Pré- Históricos). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em. 10 de set de 2017

_____. **Lei 9605 de 12 de fevereiro de 1998**. (Lei de Crimes Ambientais). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 12 de set de 2017

_____. **Decreto Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937.** (Criou o IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em. 09 de agosto de 2017

_____. **Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937.** (Organiza a Proteção do patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em 09 de agosto de 2017

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2017

_____. **Projeto Lei n. 3.729 de 2004.** (Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e Regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal). Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=635365&fileame=Tramitacao-PL+3729/2004>. Acesso em 11 de agosto de 2017

_____. **Portaria n. 07 de 01 de dezembro de 1988.** (Dispõe sobre quem pode exercer a atividade arqueológica). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2017

_____. **Portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002.** (Dispõe sobre a Necessidade de Licença Prévia). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2017

_____. **Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937.** (Dispõe sobre a Organização e Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2017

_____. **Portaria Interministerial n. 69 de 1976.** (Regimento Interno do Instituto De Arquitetos do Brasil). Disponível em;
<http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/iab-regimento-interno_iab.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2017

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria Do Carmo Mattos Monteiro Dos. **Arqueologia De Contrato no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n.44, p. 52-73, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em: <
File:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/64012-84209-1-SM%20(2).pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2017

COLI, Jorge; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Revista de História da Arte e Arqueologia,** 2012. Editora: Revista de Arqueologia. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista_21_completa.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2017

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A Arqueologia histórica em uma perspectiva mundial**. Revista de História Regional 6(2): 35-41, Inverno 2001. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional44.pdf>. Acessado em: 14/ de set de 2017

_____. **O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial**. Revista de História, São Paulo, n. 135, p. 163-168, dez. 1996. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091996000200010&lng=PT&nrm=iso>. Acesso em: 13/08/2011

_____. **Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências**, 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010>. Acesso em: 25 de jul de 2017

_____. **Patrimônio Histórico**, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/106112/1/2-s2.0-64549151595.pdf>>. Acesso em 27 de jul de 2017

GARUTTI, Selson. **Método Didático do Materialismo Histórico na Educação**, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.56.pdf>. Acesso em: 15 de ago de 2017

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5ª ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2013

GHENO, Antônio Diogo. **Arqueologia Histórica no Vale do Taquari/RS: análises do recipiente de vidros da casa comercial de Arnaldo Fensterseifer – Roca Sales/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Centro Universitário de UNIVATES – Centro de Ciências Humanas e Jurídicas – Curso de História, Lageado -2011. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/289/1/DiegoGhen.pdf>>. Acesso em 5 de ago de 2017

IDE, Marcel. **Arqueologia na escola: Considerações sobre o ensino da pré-história**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arqueologia). Faculdade Redentor Instituto De Arqueologia Brasileira Curso De Pós Graduação Em Arqueologia Brasileira, Belford Roxo/RJ, 2013. Disponível em: <http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo_54246b24cb9a8.pdf>. Acessado em: 14 de set de 2017

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (IAB)- **PRONAPA** – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/portfolios/category/1970>>. Acesso em: 25 de jul de 2017

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 15 de set de 2017

_____. KROHN, Ellen Christina Ribeiro, et al. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_fas1_m.pdf>. Acesso em: 4 de ago de 2017

_____. **Fototeca Sítios Arqueológicos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/17/fototeca-sitios-arqueologicos>>. Acesso em: 12 de set de 2017

_____. NEGREIROS, Rômulo Macedo B. **Conhecendo o nosso Patrimônio..**, et al. Teresinha: IPHAN, 2008.

JABUR, Maria Ângela; SÁ JÚNIOR, José Carlos de Sá Junior. **Arqueologia e Paleontologia**. Disponível em: <<http://www.santoantonioenergia.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Saiba-Mais-Arqueologia-e-Paleontologia.pdf>>. Acesso em: 11 de set de 2017

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia histórica: Algumas considerações teóricas**, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000047&pid=S0101-4714199300010001500015&lng=pt>. Acesso em: 14 de set de 2017

_____. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011. Recebido em 22/09/2010 Aprovado em 15/03/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1>>. Acesso em: 15/08/2016

_____. **Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico**, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a15v1n1.pdf>>. Acesso em: 16 de set de 2017

MALTÊZ, Camila Rodrigues, et al. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**, 2010. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf>. Acesso em: 15 de set de 2017

NETO, Jandira. **Uma História da Arqueologia Brasileira Contada por quem a Viveu – Entrevistado - Prof. Dr. Ondemar Dias em Janeiro de 2014 (IAB, maio / 2014)**. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>>. Acesso em: 15 de set de 2017

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**, 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/189/525>>. Acesso em: 13 de set de 2017

PROUS, André. **O QUE É (E O QUE NÃO É) ARQUEOLOGIA**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/arqueologia>>. Acesso em: 09 de set de 2017

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0135.pdf>>. Acesso em: 13 de set de 2017

RIBEIRO, L. **Auto-regulação da arqueologia brasileira: responsabilização, credibilidade e fortalecimento profissional**, 2012. Disponível em: <<http://sabinet.com.br/jornal/>>. Acesso em: 2 de ago de 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Novas Fronteiras E Novos Pactos Para O Patrimônio Cultural**, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8576.pdf>>. Acesso em 17 de jul de 2017

SANTOS, Cristina Sueli dos. **Educação Patrimonial nos Anos Iniciais de uma Escola Pública de Viçosa, Minas Gerais**, 2016. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10039/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de set de 2017

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira: problemas**. 32 ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986

SCHNEID, Carla Rejane BarzRedmer. **Educação Patrimonial: projetos de ensino por meio de bens patrimoniais do Município de São Lourenço do Sul/RS**, 2014. Disponível em: <<http://www.poshistoria.furg.br/images/stories/dissertacoes/tcm-carla.pdf>>. Acesso em: 20 de set de 2017

SOUZA, João Carlos Moreno de. **Como se tornar arqueólogo(a) no Brasil: Lista de cursos**. Disponível em: <<https://arqueologiaeprehistoria.com/como-se-tornar-um-arqueologo-no-brasil/comment-page-1/>>. Acesso em 25 de jul de 2017

TEGA, Glória. **Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de São Paulo**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000147&pid=S0104-8775201400010001200006&lng=pt>. Acesso em: 15 de set de 2017

TOLEDO, GrasielaTebaldi. **A pesquisa arqueológica na Estancia Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul - interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade**, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/DissertGrasielaTebaldi.pdf>>. Acesso em: 10 de set de 2017

VASCONCELOS, CamilodeMello; HATTORI, MárciaLika; SILVA, Maurício da. **Arqueologia Brasileira E O Seu Papel Social**, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/52751699-A-arqueologia-brasileira-e-o-seu-papel-social.html>>. Acesso em: 15 de jul de 2017